

**REGRA DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL PREVISTA NO REGIME FINANCEIRO DAS
AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (ARTIGOS 40 E 83 DA LEI
73/2013 DE 3 DE SETEMBRO)**

Município: Ribeira Grande

Descrição		31-12-2015	30-09-2016
A- Receitas correntes cobradas brutas		16.445.253,17	12.162.731,44
B- Despesas correntes pagas		10.086.041,75	7.742.601,03
C- Saldo corrente ((A)-(B))		6.359.211,42	4.420.130,41
D- Amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo		1.201.170,81	1.012.193,40
E- Diferença ((C)-(D))		5.158.040,61	3.407.937,01
Controlo do cumprimento da regra de equilíbrio	5% das receitas correntes cobradas brutas (art 40º, nº3, do RFALEI)	822.262,66	608.136,57
	Conclusão	Cumprimento	Cumprimento

Artigo 40.º do RFALEI

Equilíbrio orçamental

1 — Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 — O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em de determinado

ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 — Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

Artigo 83.º do RFALEI

Equilíbrio orçamental

Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.